



PARECER ÚNICO Nº 0799994/2016

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 16082/2005/001/2008	SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Revalidação de licença de operação		RvLOC
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PROCESSO:	PORTARIA:
Captação de água em surgência	11426/2010	297/2006
Captação de água em barramento	29811/2013	1663/2008
Captação de água em barramento	24652/2013	925/2009
Captação de água em surgência	30777/2018	3379/2011
Captação de água em poço tubular	30778/2010	3380/2011
Captação em Barramento	08158/2013	01663/2008
		SITUAÇÃO:
		Renovação Automática
		Renovação Automática
		Renovação Automática
		Renovação Automática
		Renovação Automática
		Renovação Automática

EMPREENDEDOR: DATERRA ATIVIDADES RURAIS	CNPJ: 51.894.202/0008-21
EMPREENDIMENTO: FAZENDA TAPUÕES E ARAÚJO	CNPJ: 51.894.202/0008-21
MUNICÍPIO: COROMANDEL-MG	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): SAD 69	LAT 18° 42' 23,3" LONG 46° 54' 8,9"
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: ☐ INTEGRAL ☐ ZONA DE AMORTECIMENTO ☐ USO SUSTENTÁVEL ☒ NÃO	
BACIA FEDERAL: Rio Paranaíba BACIA ESTADUAL: Rio Santo Inácio	
UPGRH: PN 3	
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):
G-01-06-06	Cafecultura – 1.400,8760 hectares
G-01-04-04	Cafecultura orgânica – 22,5156 hectares
G-03-02-06	Silvicultura – 153,3198 hectares
G-04-01-04	Beneficiamento primário de produtos agrícolas – 200 toneladas/mês
G-05-02-09	Barragem de irrigação para agricultura com área de 6,9250 hectares
F-06-01-07	Ponto de Abastecimento de combustível
G-06-01-08	Armazenamento de produtos agrotóxicos
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Safomão Santana Filho Renato Barbosa Moreira	
REGISTRO: CREA 79656/D CREA 76656/D	
RELATÓRIO DE VISTORIA: 339/2008 173653/2013	
DATA: 28/10/2008 14/08/2013	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Amilton Alves Filho	1146912-9	
Alexssandre Pinto de Carvalho	1.149.810-9	
Ariane Alzamora Lima	1403524-0	
José Roberto Venturi – Diretor Regional de Apoio Técnico		
De acordo: Kamila Borges Alves – Diretora de Controle Processual	1.151.786-5	



1. Introdução

O presente licenciamento refere-se à Revalidação da Licença de Operação para a empresa Daterra Atividades Rurais Ltda., que está localizado na zona rural do município de Coromandel-MG.

O empreendedor obteve a Licença de Operação Corretiva – LOC n.º 040/2003, em 03 de novembro de 2003 com prazo de validade até 30/10/2007. Em 09/08/2007 o empreendedor solicitou junto ao órgão ambiental a Revalidação da Licença de Operação. Na ocasião apresentou todos os documentos solicitados no Formulário de Orientação Básica (FOB), dando origem ao processo administrativo n.º 16082/2005/001/2008 para as atividades de cafeicultura com 1504,44 hectares e beneficiamento primário de café com 200 toneladas/mês.

Em 02 de fevereiro de 2012 o FOB do PA COPAM n.º 16082/2005/001/2008 foi reorientado em razão da decisão liminar protocolada pelo Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, no âmbito da Ação Civil Pública de N.º 0024.11.044610-1, em que figuram como partes o Estado de Minas Gerais. A decisão judicial determinou "a apresentação de EIA/RIMA nos processos de licenciamento ambiental, inclusive Licenças de Operação Corretiva e Revalidação de Licença de Operação", para projetos agropecuários que contemplam áreas superiores a 1.000 hectares.

Desta forma, o processo administrativo foi reorientado sendo solicitado o EIA/RIMA e PCA na data de 21/12/2012. No dia 08 de Janeiro de 2013 o empreendedor apresentou todos os documentos solicitados no FOB. A atividade principal desenvolvida na Fazenda Tabuões e Araújo é a cafeicultura convencional com uma área de 1.400,8760 hectares (G-01-06-06) e o beneficiamento primário de produtos agrícolas (G-04-01-04) com uma capacidade nominal de 200 toneladas/mês. A atividade de cafeicultura é classificada de acordo com a DN 74/2004 como classe 03 e médio potencial poluidor. A atividade de beneficiamento primário de produtos agrícolas é classificada como classe 1 e pequeno potencial poluidor, conforme a referida deliberação.

A vistoria realizada pela equipe técnica da SUPRAM TMAP ao empreendimento ocorreu inicialmente em dia 28/10/2008. Após, em 14/08/2013 foi realizada nova vistoria com o intuito de subsidiar a análise técnica da SUPRAM TMAP, sendo observadas todas as instalações do empreendimento, as áreas destinadas às atividades, bem como o sistema de controle ambiental atualmente desenvolvido. Após a vistoria foi solicitada informações complementares para concluir a respeito da viabilidade ambiental do empreendimento.

A Fazenda Tabuões e Araújo está localizada no município de Coromandel-MG, na micro região do Alto Paranaíba. O acesso rodoviário ao empreendimento é feito pela MG 188 (Patrocínio-MG – Coromandel-MG), Km 16 (S 18 45' 21,93" e W 46° 58' 8").

O responsável legal pela apresentação do EIA/RIMA e PCA junto ao órgão ambiental é a empresa Agrosolos Topografia e Meio Ambiente.

2. Caracterização do Empreendimento

A área de influência direta delimitada no EIA compreende a soma das seguintes áreas ADA – área diretamente afetada, correspondendo à área da Fazenda Tabuões e Araújo e área de entorno, imediata do empreendimento.

A área de influência indireta é aquela potencialmente sujeita aos impactos indiretos da operação do empreendimento. Incluindo no caso do presente EIA/RIMA parte de bacia do rio Santo Inácio, totalizando 12.407,53 hectares.



Tabela 01 – Listagem de atividades desenvolvidas na Fazenda Tabuões e Araújo, Coromandel-MG

Atividade	Código	Quantidade	Porte	Potencial	Classe
Cafecultura	G-01-06-06	1.400,8760 ha	M	M	03
Cafecultura orgânica	G-01-04-04	22,5156 ha	P	P	0
Silvicultura	G-03-02-06	153,3198 ha	P	M	0
Beneficiamento primário de produtos agrícolas	G-04-01-04	250 ton/mês	P	M	0
Barragens de irrigação para agricultura	G-05-0-09	6,9250 ha	P	G	01
Ponto de Abastecimento de combustíveis	F-06-01-07	13 m³	P	M	0

Fonte: Estudos ambientais, 2013.

O imóvel possui uma área total de 3.253,2156 hectares, conforme matrículas nºs 10.901 e 10.902 do Serviço de Registro de Imóvel da comarca de Coromandel-MG. O empreendimento desenvolve a atividade de cafeicultura, silvicultura, beneficiamento primário de produtos agrícolas, cultivo orgânico, barragens de irrigação para agricultura sem deslocamento de população, armazenamento de produtos agrotóxicos e ponto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, Tabela 01.

Aproximadamente 48 % da área total do imóvel, ou seja, cerca de 1.568,0885 hectares são destinados ao abrigo de flora e fauna nativa, Tabela 02.

Tabela 02 – Distribuição das áreas do empreendimento.

Descrição	Área	Percentual
Cafecultura convencional	1.400,8760 hectares	43,06
Cafecultura orgânica	22,5156 hectares	0,69
Silvicultura	153,3198 hectares	4,71
Barragens de irrigação	6,9250 hectares	0,21
Áreas de preservação permanente	252,86 hectares	7,77
Reserva legal	731,2179 hectares	22,47
Cerrado e campo cerrado remanescentes	584,0106 hectares	17,95
Benfeitorias	3,6386 hectares	0,12
Estradas/Carreadores/Área útil	94,0846 hectares	2,91
Sistemas de tratamento de efluentes	3,7675	0,11
Total	3.253,2156	100

Fonte: Estudos ambientais, 2013.

De acordo como o EIA/RIMA protocolado, a Fazenda Tabuões e Araújo possui máquinas e equipamentos que são utilizados no processo produtivo (implantação, manutenção e colheita) do café, bem como o seu beneficiamento e classificação. A Fazenda possui infraestrutura em ótimas condições de conservação destinadas a atender as atividades desenvolvidas na propriedade.



2.1 Meio Físico

De acordo com o EIA/RIMA apresentado o clima da área de influência direta do empreendimento é do tipo Aw, conforme classificação de Koppen, tropical de savana com inverno seco e verão chuvoso. A precipitação média anual na área diretamente afetada pelo empreendimento é de aproximadamente 1.250 mm. A temperatura mantém-se estável durante o ano com uma média aproximada de 23,7 °C.

Em relação ao solo na área de influência direta do empreendimento foram observadas as seguintes classes de solos, de acordo com sua localização na paisagem local: latossolos ocupando os topos de morros e chapadões, cambissolos ocupando principalmente as encostas, neossolos flúvicos ocupando os terraços e gleissolos ocupando as áreas de leito maior. A classe de solo de maior ocorrência na área do empreendimento é o latossolo vermelho amarelo com textura argilosa a média nas áreas agricultáveis e cambissolos próximos aos leitos dos rios e demais áreas ocupadas com vegetação nativa.

No EIA/RIMA apresentado o empreendedor avaliou a disponibilidade hídrica na região de influência do empreendimento utilizando dados secundários dos "Deflúvios superficiais no Estado de Minas Gerais" tomando como referência o rio Santo Inácio. Os usos das águas superficiais e subterrânea são: irrigação, consumo humano e industrial, extração mineral, dessedentação de animais, abastecimento público, recreação e paisagismo. Foi apresentada uma caracterização das águas superficiais e subterrâneas existentes na área diretamente afetada pelo empreendimento. Os pontos de monitoramento de águas superficiais e subterrânea podem ser visualizados na tabela 03.

Tabela 03 – Pontos de monitoramento de águas superficiais e subterrânea

Amostra	Local
01 (montante)	Córrego do Taboão
02 (jusante)	Córrego do Taboão
03 (montante)	Rio Santo Inácio
04 (jusante)	Rio Santo Inácio
05 (poço tubular)	Sede da Fazenda

Fonte: Estudos ambientais, 2013

Os parâmetros analisados no monitoramento de águas superficiais e subterrâneas incluem: temperatura, pH, condutividade elétrica, cor verdadeira, amônia, DBO, DQO, fosfato total, nitrato, nitrito, óleos e graxa, sólidos, coliformes totais e fecais e sólidos suspensos e dissolvidos. Na tabela 04 é possível verificar os resultados das análises dos pontos de monitoramento.

Tabela 04 – Análise físico-química e bacteriológica de amostras das águas superficiais e subterrânea da Fazenda Taboões e Araújo, campanha de 2012.

Parâmetro	Unidade	Limite	Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4	Ponto 5
Amônia	mg L ⁻¹	-	< 0,02	< 0,02	< 0,02	< 0,02	< 0,02
C. Fecais	UFC/100 ml	1 000	31	36	22	28	0
C. total	UFC/100 ml	-	510	520	320	190	10
C. Elétrica	µS/cm	-	8,18	4,80	5,81	5,55	7,57
Cor	UC	75	< 3,0	< 3,0	< 3,0	< 3,0	< 3,0
DBO	mg L ⁻¹	5	2,15	0,60	2,40	2,70	1,60
DQO	mg L ⁻¹	-	5,21	< 3,3	5,77	6,42	3,98



Fosfato total	mg L ⁻¹	-	< 0,01	< 0,01	< 0,01	< 0,01	< 0,01
Nitratos	mg L ⁻¹	10	< 0,01	< 0,01	< 0,03	< 0,01	< 0,03
Nitritos	mg L ⁻¹	1	< 0,01	< 0,01	0,51	0,48	< 0,01
Óleos e graxas	mg L ⁻¹	Ausentes	Ausentes	Ausentes	Ausentes	Ausentes	< 10,00
pH a 25 °C	--	6-9	-	6,68	6,79	7,02	6,88
S. dissolvidos totais	mg L ⁻¹	500	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10
S. Sedimentáveis	mg L ⁻¹	-	< 0,1	< 0,1	< 0,1	< 0,1	< 0,1
S. Suspenso totais	mg L ⁻¹	100	< 10	< 10	< 10	< 10	< 10
Surfactantes	mg L ⁻¹	0,5	< 0,05	< 0,05	< 0,05	< 0,05	< 0,05
Temperatura	°C	-	27,20	28,10	24,20	28,20	22,80
Turbidez	NTU	100	2,20	1,85	1,0	2,0	0,50

Fonte: Estudos ambientais..

Os resultados aferidos demonstram que os limites dos pontos 01 e 02, referentes à montante e jusante do córrego Taboão, além dos pontos 3 e 4 referentes à montante e jusante do rio Santo Inácio, demonstram que estas águas estão dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA n. 357/2005 para corpos de água doce classe 02. O ponto 05 é um poço tubular e sua água apresenta uma boa qualidade, podendo ser utilizada para consumo humano, após tratamento prévio com cloração, por exemplo.

2.1 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS

O empreendimento em questão está localizado na bacia hidrográfica do rio Paranaíba (PN1) e o córrego mais próximo é o córrego Taboão.

De acordo com os estudos ambientais protocolados o consumo de água no empreendimento está relacionado ao consumo humano e atividades agroindustriais.

Para atender a demanda hídrica da atividade em questão existem 05 (cinco) captações d'água, sendo 02 (duas) em nascentes (Portarias IGAM n.ºs 297/2006 e 3379/2011), 02 (duas) captações em barramento (Portarias n.ºs 925/2009 e 1663/2008) e um poço tubular (Portaria n.º 3380/2011).

Os processos de renovação das portarias de outorgas n.ºs 297/2006, 925/2009 e 1663/2008, 3379/2011 e 3380/2011 encontram-se em análise técnica. No entanto, todas as solicitações foram feitas antes do vencimento das portarias e encontram-se renovadas automaticamente, conforme prevê a Portaria IGAM n.º 49/2010, até manifestação final do órgão ambiental.

2.2 MEIO BIOTICO

2.2.1 FLORA

A Fazenda Tabuões com uma área de 3.252,2156 hectares possui uma vasta área com formações naturais de diferentes unidades fitogeográficas e graus de conservação. Existem ainda 252,86 hectares de área de preservação permanente, localizado no entorno dos cursos d' água e barramentos. No imóvel existe uma área de aproximadamente 584,0106 hectares (restantes) de cerrado e campo cerrado perfazendo vegetação natural remanescente preservada pelo empreendedor, sem interferências antrópicas. O empreendedor através do Departamento de Ciências Biológicas da ESALQ-USP realizou um levantamento florístico no empreendimento. De acordo com o estudo, as listagens florísticas obtidas nas Fazendas Tabuões e Araújos



apresentaram um total de 197 espécies, pertencentes a 54 famílias, tratadas por florestas paludosas, florestas de galeria, cerrado "sensu stricto", campos úmidos, campos naturais, conforme tabela 05.

Tabela 05 – Dados do levantamento florístico da empresa DATERRA.

Tipo de vegetação	n.º de famílias	n.º de espécies	Famílias de maior riqueza
Florestas paludosas	24	33	Lauraceae, Asteraceae, Caesalpiniaceae, Melastomataceae, Meliaceae, Moraceae e Theaceae
Floresta de galeria	39	57	Melastomataceae, Rubiaceae, Caesalpiniaceae, Chrysobalanaceae e Euphorbiaceae
Cerradões	25	33	Annonaceae, Melastomataceae e Fabaceae
Cerrados	49	104	Asteraceae e Melastomataceae, Bignoniaceae, Caesalpiniaceae, Fabaceae, Vochysiaceae, e Nyrtaceae, Mimosaceae, annonaceae e malpighiaceae
Campos úmidos	11	15	Melastomataceae, Ericaceae
Campos Naturais	9	20	Malpighiaceae, Asteraceae e Myrtaceae, Mimosaceae e Vochysiaceae
Geral	54	197	

Fonte: Estudos ambientais, 2013.

2.2.2 FAUNA

O trabalho de campo foi realizado na área de influência direta da Daterra Atividades Rurais Ltda. A área de estudo é caracterizada pela cultura do café (incluindo a parte agroindustrial onde ocorre o beneficiamento do produto) e vegetação nativa composta principalmente por fitofisionomias campestres (campo sujo, campo limpo, campo hidromórfico, cerrado ralo, campo de murundus e cerrado stricto sensu), com trechos de mata de galeria, além de brejos e barragens. As áreas amostradas representam as cabeceiras do rio Santo Inácio. Para a realização do estudo foram realizadas observações em transectos aleatórios, sendo amostradas as diferentes fitofisionomias encontradas na área.

Ornitofauna

No final da amostragem foram registradas 151 espécies de aves, distribuídas em 17 ordens e 42 famílias. A riqueza de espécies encontrada durante o trabalho (n=151) representa 19% das 800 espécies de aves registradas para o Estado de Minas Gerais. De acordo com os estudos ambientais a riqueza de espécies registrada na área de influência do empreendimento é expressiva se consideramos o esforço amostral despendido.

Das aves inventariadas na Área de Influência Direta do empreendimento, sete espécies são consideradas em algum grau de ameaça de extinção (Brasil, 2003; COPAM, 2010 e IUCN, 2012). Uma espécie encontra-se na categoria "vulnerável" e uma categoria deficiente de dados no Brasil (Brasil, 2003). Em relação à lista estadual, uma espécie encontra-se na categoria 'em perigo' e três espécies na categoria vulnerável (COPAM, 2010). Já em relação à lista global, quatro espécies encontram-se na categoria (quase ameaçada) e duas na categoria vulnerável, tabela 06.



Tabela 06 – Espécies de aves enquadradas em alguma categoria de ameaça de extinção registradas na área de estudo.

Família	Nome científico	Nome popular	MG	Brasil	IUCN
Rallidae	<i>Micropygia schomburgkii</i>	Maxalalagé	Em	Dd	
Psittacidae	<i>Alipiopsitta xanthops</i>	Papagaio- galego			Nt
Caprimulgidae	<i>Hydropsalis anómala</i>	Curiango – do – banhado	Vu		Nt
Tyrannidae	<i>Suiriri islerorum</i>	Suiriri-de-chapada	Vu		Nt
Tyrannidae	<i>Culicivora caudacuta</i>	Papa-mosca-do-campo	Vu	Vu	Vu
Thraupidae	<i>Neothraupis fasciata</i>	Cigarrinha –do-campo			Nt
Emberizidae	<i>Poospiza cinerea</i>	Capacetinho- do- oco-de- pau			Vu

En= Em perigo; Vu= Vulnerável; Nt= quase ameaçada, Dd= Deficiente em dados para enquadramento em alguma categoria
Fonte: Estudos ambientais, 2013.

Foram registradas ainda 08 (oito) espécies endêmicas do cerrado, uma espécie endêmica da Mata Atlântica e uma espécie endêmica do Brasil, tabela 07.

Tabela 07- Espécies de aves endêmicas inventariadas na área de amostragem.

Família	Nome Científico	Nome popular	Endemismo
Psittacidae	<i>Alipiopsitta xanthops</i>	Papagaio – galego	Cer
Thamnophilidae	<i>Herpsilochmus longirostris</i>	Chorozinho de bico comprido	Cer
Melanopareidae	<i>Melanopareia torquata</i>	Tapaculo de colarinho	Cer
Furnariidae	<i>Hylocryptus rectirostris</i>	Fura-barreira	Cer
Pipridae	<i>Antilophia galeata</i>	Soldadinho	Cer
Tyrannidae	<i>Suiriri islerorum</i>	Suiriri-da-chapada	Cer
Tyrannidae	<i>Salpinctes obsoletus</i>	Bico-de-pimenta	Cer
Emberizidae	<i>Poospiza cinerea</i>	Capacetinho-do-oco-do pau	Cer/Br

Br (Brasil); Cer (Cerrado); Mat (Mata Atlântica). Fonte: Estudos ambientais, 2013.

A região onde o empreendimento está instalado é considerado como Área Prioritária para a Conservação de Aves no Estado de Minas Gerais (Drummond et al, 2005), enquadrada na categoria "alta importância biológica". As principais pressões antrópicas na região são a agricultura e a pecuária, sendo recomendada nesta região a realização de monitoramentos.

Herpetofauna

O empreendedor realizou o levantamento de anfíbios e répteis na Fazenda Tabuões e Araújo, indicando os prováveis impactos da atividade sobre a herpetofauna local, apontando as potenciais espécies ameaçadas e/ou endêmicas na área.

O estudo foi realizado entre os dias 6 e 9 de junho de 2012, compreendendo três turnos de observação: manhã, tardes e noites. O número total de espécies encontradas em campo é igual a 08 (oito) corresponde a 5% do total de espécies descritas para o cerrado brasileiro. O número de indivíduos encontrados é relativamente baixo em comparação a vários estudos de levantamento em áreas de cerrado. Pesquisas relatando o impacto causado pelas lavouras de café na fauna de répteis são escassos, sendo encontrados na literatura apenas trabalhos envolvendo os impactos ambientais gerais causados pela utilização de pesticidas e agrotóxicos que, ao contaminar a água e o solo, colocam em risco as comunidades que ali habitam. Sendo de



fundamental importância manter as áreas de preservação permanente para que essas espécies continuem a existir em tais ambientes, pois a perda de habitats é a principal ameaça à sobrevivência e a manutenção de espécies de reptéis.

Mastofauna

O estudo da mastofauna teve como objetivo levantar e caracterizar a mastofauna de médio e grande porte inserida na região da Fazenda Tabuões e Araújo. A campanha de campo foi realizada na estação seca do ano entre os dias 06 e 09 de junho de 2012. Foram registradas para a presente campanha sete (07) ordens, 11 famílias e 16 espécies de mamíferos de médio e grande porte para a Fazenda Tabuões e Araújo. De forma primária foram registradas quatro ordens, cinco famílias e sete espécies de médios e grandes mamíferos, além do cachorro doméstico (*Canis lupus familiares*).

A espécie mais abundante foi *Didelphis albiventris*, com 12 registros, seguido por *Chrysocyon brachyurus*, nove registros. Com apenas um registro as espécies menos frequentes para a campanha estação seca /2012 foram, *Hydrochoerus hydrochaeris*, *Puma yagouaroundi* e *Dasypus cf. novemcinctus*.

Foram identificadas 04 (quatro) espécies ameaçadas de extinção para a área de estudo, tabela 08.

Tabela 08 – Mamíferos de médio e grande porte identificados sob algum grau de ameaça de extinção, registrados para a área de estudo.

Espécie	Nome popular	Status de ameaça
<i>Myrmecophaga</i>	Tamanduá – bandeira	Vu
<i>Ozotoceros bezoarticus</i>	Veado – campeiro	En
<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Lobo – guará	Vu
<i>Puma concolor</i>	Onça-parda	Vu

Vu= Vulnerável; En= Em perigo de extinção. Fonte: Estudos ambientais, 2013.

Entomofauna

De acordo com os estudos ambientais apresentados os insetos são utilizados em estudos de avaliação de impacto ambiental e de efeitos de fragmentação florestal, pois além de ser o grupo de animais mais numeroso do globo terrestre, são importantes pelas funções ecológicas que exercem nos ecossistemas naturais atuando como predadores, parasitos, fitófagos, saprófagos, polinizadores, entre outros.

O estudo apresentado pelo empreendedor focou no levantamento de abelhas e não caracterizou as demais espécies de insetos presentes no empreendimento. A amostragem da comunidade de abelhas foi realizada durante a campanha de campo para o grupo entomofauna nos dias 15 a 18 de outubro de 2012. Foram registradas 17 espécies de abelhas pertencentes a 13 gêneros, representadas por 34 indivíduos. Será condicionando ao empreendedor realizar um novo monitoramento de fauna em conformidade com IN IBAMA n.º 146/2007.

3.0 MEIO SOCIOECONÔMICO

O empreendimento, Fazenda Tabuões e Araújo, pertencente à DATERRA, encontra-se localizado na zona rural do município de Coromandel-MG, próximo à divisa com Patrocínio-MG, na região mineira do Alto Paranaíba.

O uso e ocupação do solo para o município de Coromandel-MG caracterizam-se pelas atividades de pecuária, áreas de cultivo, mineração, reflorestamentos homogêneos, bosques de espécies exóticas, instalações rurais (galpões e sede das propriedades rurais) e conjunto de pequenas propriedades rurais.

[Handwritten signatures and initials]



(povoados). A cidade de Coromandel-MG é eminentemente agropecuária, não tem um desenvolvimento e crescimento industrial. A participação do setor industrial no PIB é composta de empresas que estão vinculadas ao setor agropecuário. A reserva mineral exploradas no município é de calcário, diamante e fertilizantes (fosfatos)

Entre os bens naturais merece destaque o Poço verde, trata-se de um pequeno lago de 2,5 há, com forma quase circular, encravado em uma dolina de calcário Bambuí. Atualmente, os bens culturais tombados pelo município de Coromandel e inscritos em seu livro são: Praça Dom Eduardo, Igreja matriz de Santana, Edifício da Prefeitura municipal e acervo Abel Ferreira.

A empresa Datterra Atividades Rurais solicitou ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) através do "Projeto de prospecção arqueológica, e educação patrimonial" manifestação para intervenção na área da Fazenda Tabuões e Araújo. O protocolo da documentação junto ao IPHAN ocorreu em 10/07/2015. Em 13 de outubro de 2015 através do Ofício/GAB/IPHAN/MG n.º 1915/2015 a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais emitiu anuência condicionada à renovação da licença ambiental do empreendimento e à aprovação do projeto de prospecção pelo IPHAN. O citado instituto alegou que parar a publicação da portaria de pesquisa arqueológica será necessário a apresentação dos seguintes itens:

- Planejamento de laboratório (conforme solicitado na Portaria IPHAN n.º 230/2002)
- Previsão de divulgação dos resultados (conforme solicitado na Portaria IPHAN n.º 230/2002; Portaria SPHAN n.º 07/1988; Termo de Referência do IPHAN-MG, 2012).

O empreendedor apresentou um atestado de endosso institucional para o Patrimônio Arqueológico, o Museu do Índio, da Universidade Federal de Uberlândia "Diagnostico dos Bens Culturais de Natureza Arqueológica na área da Fazenda Tabuões e Araújo", sob coordenação científica da Arqueóloga Dr. Luciane Monteiro Oliveira.

4.0 ÁREA DE RESERVA LEGAL

A área correspondente à reserva legal das matrículas n.ºs 10.901 e 10.902 do SRI de Coromandel-MG com área total de 3.069,2577 e 296,70 hectares, respectivamente contempla uma área de 663,79 hectares e 67,42 hectares. A área da Reserva legal da matrícula n.º 10.902 está compensada dentro da matrícula n.º 10.901. Vale mencionar que as duas propriedades rurais são vizinhas e possuem vegetação de cerrado e gradações chegando ao campo limpo.

O empreendedor apresentou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda Tabuões e Araújo delimitando a área total do imóvel e o uso e ocupação do solo, destacando as áreas legalmente protegidas (área de preservação permanente e reserva legal).

5.0 AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (AIA) E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

As áreas de preservação permanente (APP) da Fazenda Tabuões e Araújo totalizam 252,86 hectares. figura 01

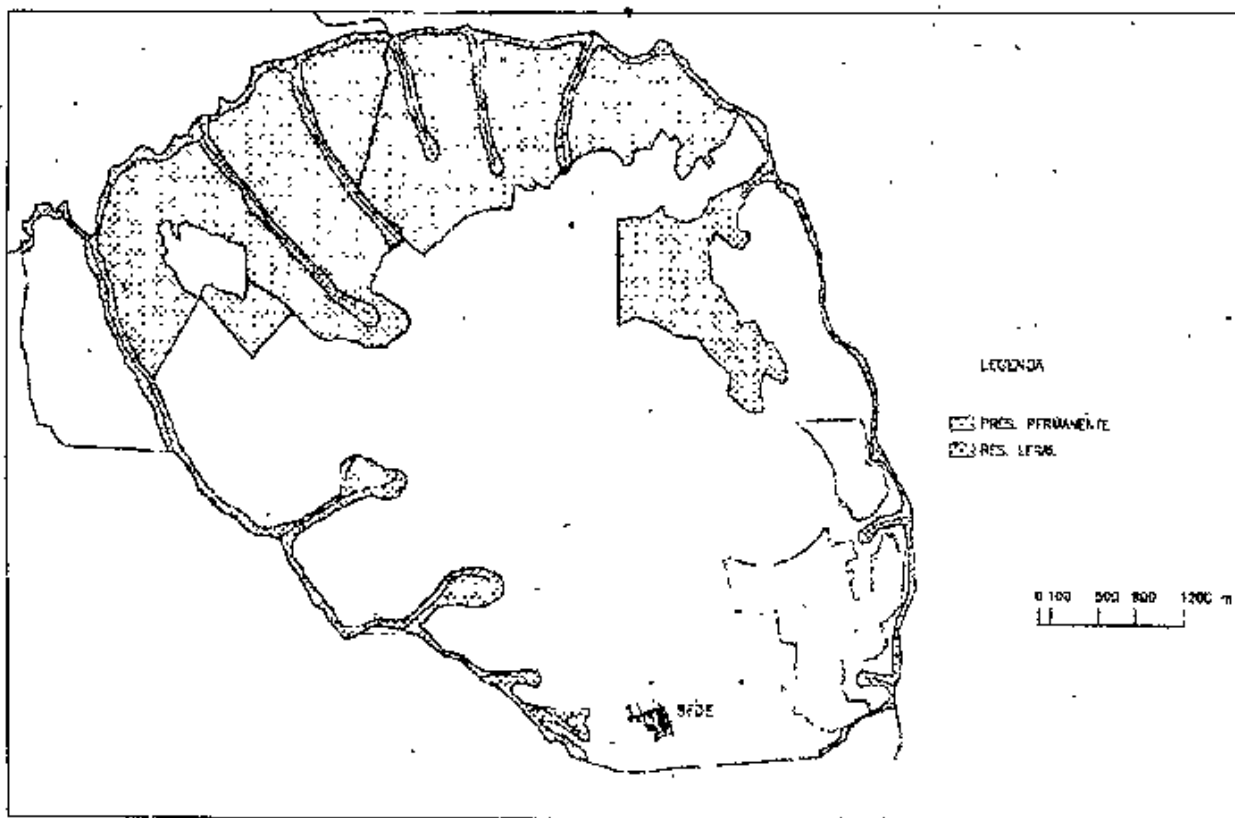


Figura 01 – Áreas de preservação permanente (APP) e Reserva legal da Fazenda Tabuões e Araújo. Fonte: RADA, 2008

De acordo com os estudos ambientais apresentados a Fazenda Tabuões e Araújo mantém uma área de preservação permanente (APP) e reserva legal, equivalente a 31,8% da área total da Fazenda. Os rios onde estão situadas as áreas de preservação permanente são rio Santo Inácio e córrego do Taboão, já a parte de reserva legal ocupa as áreas em processo de dissecação, sendo impraticável a agricultura, mas abriga rara classe de formação vegetal, o cerrado denominado campo rupestre, entremeado com campos hidromórficos.

O empreendedor formalizou requerimento na Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM, TMAP), em 21 de outubro de 2013 referente à regularização de 05 (cinco) intervenções em área de preservação permanente, discriminadas a seguir:

Tabela -09 – Detalhes das intervenções em APP do empreendimento

Intervenção	Represa (Barramento)/Nascente ou surgência	Área de intervenção
01	SIM	5,54 hectares
02	SIM	0,72 hectares
03	SIM	0,33 hectares
04	SIM	0,036 hectares
05	SIM	00,2833 hectares
TOTAL		6,9093 hectares

Fonte: EIA/RIMA, 2013 e processo n.º 11020001949/2010.



Conforme comprovado pelo empreendedor, há no empreendimento 6,9093 ha de intervenções em área de preservação permanente caracterizadas pela lei estadual nº 20.922/2013 como ocupações consolidadas em meio rural (área ocupada pelo barramento e captação em nascentes), senão vejamos:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

- 1 - área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;

Dessa forma, por se tratarem de ocupações consolidadas decorrentes de atividade agrossilvipastoris, uma vez comprovado pelo empreendedor, resta autorizada a continuidade da referida ocupação com **área de 6,9093 hectares**, com a manutenção da infraestrutura existente, em conformidade com o caput do artigo 16 da lei estadual nº 20.922/2013, abaixo transcrito:

Art. 16. Nas APPs, em área rural consolidada conforme o disposto no inciso I do art. 2º, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, sendo admitida, em área que não ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas, a manutenção de residências, de infraestrutura e do acesso relativos a essas atividades.

(...)

§ 15. A realização das atividades previstas no caput observará critérios técnicos de conservação do solo e da água indicados no PRA, sendo vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo.

No dia 16 de novembro de 2010 o empreendedor formalizou no núcleo regional de Patrocínio-MG requerimento para intervenção em uma área de **6,0 hectares** de preservação permanente, nas seguintes coordenadas geográficas S 18° 39' 36" e W 46° 54' 38" para a construção de uma barragem para captação de água para irrigação do café. Vale salientar que o empreendedor apresentou a Portaria de Outorga n.º 01663/2008 na ocasião para obter a intervenção em APP. Atualmente o processo de outorga n.º 08158/2013 encontra-se formalizado junto ao órgão ambiental e trata-se da renovação da Portaria de Outorga n.º 01663/2008. Portanto, nos termos da Portaria IGAM n.º 49/2010 a outorga encontra-se renovada automaticamente até a manifestação final do órgão ambiental.

De acordo com as informações prestadas pela empresa Datterra Atividades Rurais Ltda., a barragem poderá ocupar uma área inundada de 16,00 hectares, sendo que apenas 6,0 hectares são de área de preservação permanente (APP).

O local destinado a construção da barragem possui uma vegetação típica de formações campestres de cerrado e campo cerrado, com vegetação gramíneo-lenhosa baixa, alterando-se às vezes, pequenas árvores isoladas e, mostrando viabilidade estrutural e também influência antrópica.

Foi realizado um levantamento florístico da vegetação existente no local, sendo encontrado as seguintes espécies vegetais: embaúba, fava de arara, azeitona do mato, peito de pombo, marmelo do campo, pau terra boizinho, barbatimão, gabirola, mutamba, capim gordura e brachiaria.



De acordo com os estudos apresentados nenhuma das espécies é imune de corte, ameaçadas ou em perigo de extinção. O inventário realizado levantou apenas as árvores com circunferência na altura do peito maior ou igual a 15 cm, o que representa um DAP (Diâmetro a Altura do Peito) com aproximadamente 5 cm.

Foram identificadas 08 (espécies) no local da pretensa supressão e o volume total de madeira calculado foi de 5,368798 m³ ou 8,053 m.st.

Dessa forma, por se tratar de intervenção em APP considerada de interesse social somos favoráveis a autorização para intervenção em área de preservação permanente com área de 6,0 hectares, conforme Lei 20.922/2013.

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se

II – de interesse social:

g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água,

6.0 MEDIDAS MITIGADORAS

Como medida para mitigar às intervenções antrópicas consolidadas em APP o empreendedor propõe recompor uma área de **6,63 hectares** próxima às intervenções na Fazenda Tabuões e Araújo. O local sugerido para a recomposição florística está entre as coordenadas geográficas (0.297.046 – 7.934.756 e 0.297.072 – 7.934.848). O empreendedor apresentou um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF) destinado a recomposição da área.

Para mitigar os impactos ambientais ocasionados pela construção do barramento o empreendedor propõe:

- 1- Recuperar a área de empréstimo por revegetação com espécies nativas, conforme descrito no PTRF.
- 2- Deverá ser procedida, juntamente com as obras estruturais do barramento, a remoção de vegetação da área que será inundada, pois com a decomposição dessa vegetação poderá causar o desprendimento de gases típicos de putrefação, o que poderá proporcionar odores desagradáveis no local e também alterar a qualidade de água no reservatório.
- 3- De forma a minimizar o fenômeno de assoreamento do lago que será formado deve-se plantar gramíneas em curvas de nível de 5 em 5 metros de maneira a forma cordões vegetativos em torno do reservatório, como uma medida de controlar os processos de erosão na bacia de contribuição.
- 4- O reservatório mesmo durante as estações secas deve ter armazenado um volume de água suficiente para manter a vida aquática, conforme descrito no projeto de barragem.
- 5- Disposição adequada de resíduos sólidos provenientes de atividades humanas devidamente coletados e encaminhados ao sistema municipal de disposição final de resíduos.

6.1 MEDIDA COMPENSATÓRIA PELA CONTRUÇÃO DO BARRAMENTO

Como medida compensatória a fim de contribuir para estabilização ambiental das áreas do entorno das intervenções na Fazenda Tabuões e Araújo para a construção do barramento, o empreendedor executará um PTRF (Projeto Técnico de Reconstituição da Flora) numa área a ser regenerada correspondente a 6,00 hectares seguindo as recomendações técnicas do PTRF. O local sugerido para a implantação do Projeto Técnico de



Recomposição Florística está entre as coordenadas geográficas (DATUM WGS 94 0.298.447 – 7.935.629 e 0.298.570 e 7.935.627).

6.0 IMPACTOS AMBIENTAIS

6.1 MEIO FÍSICO

- **Dinamização dos processos erosivos**

A dinamização dos processos erosivos pode ocorrer principalmente durante as atividades associadas à retirada de vegetação e movimentação de terra para construção ou reforma de estradas da fazenda e em decorrência da remoção da cobertura vegetal protetora do solo para preparação e/ou renovação de áreas de lavouras. Os eventos pluviométricos associados a situações de exposição de solo acarretam o escoamento superficial deflagrando os processos erosivos, podendo ser agravados caso não sejam adotadas medidas específicas (preventivas e corretivas). Para mitigar os impactos o empreendedor propõe adotar o Programa de Controle da Erosão e Recuperação de áreas Degradadas.

- **Compactação do solo**

Os tratos culturais em áreas de culturas com a utilização de maquinário pode levar a compactação do solo. No entanto, o uso de técnicas adequadas de cultivo e de manejo do solo pode evitar que ocorra a compactação do solo. Para mitigar o impacto descrito o empreendedor propõe o Programa de Controle de Erosão, Assoreamento e Compactação.

- **Alteração da estrutura físico-química dos solos**

A utilização indiscriminada de adubos, corretivos do solo e defensivos agrícolas constitui um impacto ambiental. O empreendimento realiza a aplicação de insumos seguindo recomendações técnicas com o acompanhamento de profissionais devidamente habilitados, baseado em análises físicas e químicas dos solos. Para mitigar o impacto descrito o empreendedor propõe o Programa de Uso Racional de Fertilizantes, Corretivos e Defensivos Químicos.

- **Área de empréstimos para construção de barramentos**

A utilização da terra para construção dos barramentos na fazenda constitui um impacto potencial de efeito negativo, pois o procedimento deixa o solo exposto sem a cobertura vegetal, podendo ocasionar processos erosivos e assoreamento dos cursos d'água. O empreendimento realiza o monitoramento de áreas degradadas, especialmente formadas pelas áreas de empréstimo dos barramentos, deixando-as com cobertura vegetal. São utilizadas práticas descritas pelo Programa de controle de erosão, assoreamento e compactação

- **Práticas conservacionistas no solo**

Ações voltadas para a conservação e proteção do solo contra as ações das chuvas, ventos, compactação e utilização de material orgânico ou seja, os resíduos de uma atividade se transformam em insumo de outras que tem efeitos positivos ao meio, trazendo grandes benefícios ambientais em se tratando de uma agricultura sustentável. O empreendimento adota práticas conservacionistas de proteção do solo, sendo destacada a construção de terraços em curvas de nível geralmente a cada 3 (três) graus de declividade, intervenção mínima nos solos, além de incorporação de resíduos com constituição orgânica oriundas do beneficiamento do café, conhecida como "formação de cobertura morta" nas áreas das lavouras. As ações que são desenvolvidas estão previstas no Plano de Controle de Erosão, Assoreamento e Compactação.



- **Contaminação do solo por resíduos sólidos e efluentes líquidos**

O acondicionamento e/ou disposição final inadequada dos resíduos sólidos no empreendimento podem acarretar contaminação dos solos, efeito este negativo. Para mitigar os impactos o empreendedor executa o Programa de Gestão de Resíduos sólidos efluentes atmosféricos e efluentes líquidos.

- **Emissão de efluentes atmosféricos e materiais particulados**

O tráfego de máquinas e veículos em estradas, carreadores e áreas agricultáveis promove alterações na qualidade do ar, bem como algumas etapas do processo de beneficiamento em decorrência da combustão de lenha nas chaminés das caldeiras, efeito este negativo. Para mitigar o impacto descrito o empreendedor propõe o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos, Efluentes atmosféricos e efluentes líquidos e o Programa de Gestão de Segurança, Saúde e meio ambiente de trabalho rural.

- **Alteração quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas**

O uso de forma não racional dos recursos hídricos em empreendimentos bem como o seu uso fora das condições autorizadas pelo Poder Público decorre em efeito negativo. O empreendedor propõe como medida de mitigação dos impactos nas águas superficiais e subterrâneas os Programas de Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos e Programa de Gestão de Resíduos, efluentes atmosféricos e efluentes líquidos.

- **Assoreamento dos cursos d' água**

A ausência de medidas protetivas aos solos pode ocasionar o carreamento de sedimentos para os locais mais rebaixados do terreno, que é justamente onde estão localizadas as calhas dos cursos d'água. Tal fato constitui o assoreamento desses cursos e provoca alteração significativa da qualidade do corpo hídrico em questão, como aumento de turbidez, DBO, DQO, dentre outros aspectos, caracterizando o impacto como de efeito negativo. O empreendedor propõe o Programa de Controle, Assoreamento e Compactação com o intuito de mitigar os impactos.

- **Alterações dos níveis de ruído**

As atividades agropecuárias geram ruídos em locais restritos, ou seja, somente próximo às fontes geradoras, com prazo de duração variável, porém o efeito é negativo. Para minimizar esses impactos ambientais o empreendedor propõe executar o Programa de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural e Manutenção constante nas máquinas e veículos.

6.2 MEIO BIÓTICO

- **Perda /alteração de habitats terrestres**

Em razão da necessidade de supressão da cobertura vegetal para alteração do uso e ocupação dos solos na propriedade, são previstos impactos potenciais de perda / alteração de habitats terrestres. Tais supressões podem ocorrer em áreas comuns para formação de lavouras ou outros usos que darão apoio às atividades de determinado empreendimento. Mesmo a renovação de áreas de lavouras é gerada efeitos negativos sobre o meio. De acordo com os estudos ambientais protocolados as áreas produtivas da Fazenda Tabuões e Araújo já foram definidas, não sendo previstos novos desmates para incremento do parque cafeeiro. Da mesma forma as áreas destinadas a silvicultura. O que pode ocorrer é a renovação de tais áreas (no caso do café pela recepa dos talhões antigos e no caso da silvicultura com a exploração da lenha para uso no



beneficiamento do café com plantio de novos talhões. Dessa forma, a ocorrência de impactos de supressão da cobertura vegetal, restringe-se a projetos de irrigação que podem futuramente serem protocolados no órgão ambiental. O empreendedor propõe os seguintes Programas: Programa de adequação ambiental da ESALQ, Programa de Recuperação de áreas Degradadas, Programa de Controle de Erosão, assoreamento e compactação; Programa de Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos e até mesmo a Compensação Ambiental.

- **Perda/alteração de habitats aquáticos**

Algumas ações podem interferir nos aspectos ambientais relacionados aos ambientes aquáticos tais como as interferências através do carreamento de material particulado, captação de água, retirada de cobertura vegetal ou pela disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes líquidos, que trará consequências para a biota associadas aos corpos d'água. Alterações físico-químicas de cursos d'água podem ter consequências sobre padrões de qualidade dos processos biológicos em razão da perda ou alteração de habitats. A adoção de programas voltados à conservação do solo, destinação correta de resíduos e efluentes bem como o constante monitoramento da qualidade das águas superficiais possuem um enorme potencial de reduzir a ocorrência de danos aos habitats aquáticos.

- **Desequilíbrio da população de micro e macro organismos do solo**

O manejo excessivo e inadequado do solo nas áreas agricultáveis bem como a incidência de fogo em áreas com formação natural representa junta a principal causa para o desequilíbrio da população de micro e macro organismos presente no solo, representando assim um efeito negativo. Com o intuito de mitigar os impactos ambientais causados o empreendedor propõe o Programa de Controle de erosão, assoreamento e compactação, programa de adequação ambiental ESALQ, manutenção constante nas máquinas e veículos e Programa de Educação Ambiental.

- **Atropelamento de fauna**

O risco de atropelamento de indivíduos de uma espécie está diretamente relacionado a algumas características dessas espécies, como: desenvolvimento de sentidos, capacidade de deslocamento, velocidade de deslocamento e densidade de indivíduos. Algumas espécies possuem alguns sentidos relacionados à sua percepção de perigo pouco desenvolvidos. Por exemplo: o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) cuja visão é limitada. Outras espécies que possuem grande capacidade de dispersão, ou seja, se movimentam muito, tem maior probabilidade de serem vítimas desse tipo de ocorrência, como o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*). A velocidade de deslocamento é outra variável importante na determinação da chance de uma espécie ser vítima de atropelamento. Finalmente, tem-se a variável determinante relacionado à densidade de indivíduos de uma espécie em uma dada região. Espécies muito comuns como alguns gambás (ex. *Didelphis* sp.), teiús (*Tupinambis merrianae*), tico-tico (*Zonotrichia capensis*) e o tiziu.

Com o objetivo de monitorar, mitigar e compensar o impacto dos riscos de atropelamento de fauna, o empreendimento realiza manutenções constantes nas máquinas e veículos. Os programas voltados para risco de acidentes limitam a velocidade máxima permitida em estradas internas para 40km/h, sendo que em áreas urbanizadas esta velocidade é ainda menor (20km/h). Complementarmente o Programa de Educação Ambiental possui ações efetivas no que tange a conscientização dos motoristas sobre como reduzir os riscos de acidentes envolvendo a fauna local.



- **Afugentamento da fauna**

O efeito do ruído sobre a fauna está diretamente associado ao nível do mesmo, portanto, seu efeito tende a ser maior próximo à fonte, diminuindo, paulatinamente, na medida em que a distância aumenta. A emissão de ruído está associada à movimentação de veículos, máquinas e equipamentos utilizados nos processos produtivos das atividades, especialmente em áreas de lavouras, representando, portanto um efeito negativo. O empreendedor propõe o Programa de Gestão de Segurança, saúde e meio ambiente de trabalho rural, manutenção constante nas máquinas e veículos e Programa de Educação Ambiental.

- **Ações antrópicas predatórias da fauna**

Especialmente em períodos de colheita do café existe o potencial impacto com efeitos negativos, de ações antrópicas predatórias à fauna da região. Isso porque o aumento significativo de trabalhadores vindos de outras regiões do país, com diferentes hábitos, pode decorrer em um incremento de pressões sobre a fauna local. Para mitigar esse impacto a Daterra propõe a instalação de placas educativas e Programa de Educação Ambiental

- **Desequilíbrio da população de insetos e fungos**

A aplicação indiscriminada de defensivos agrícolas representa um grande aliado ao desequilíbrio das populações de insetos e fungos podendo causar significativos danos ao ecossistema, sendo um impacto de efeito negativo.

O empreendedor menciona a execução do Programa de Uso Racional de Fertilizantes, Corretivos e defensivos agrícolas e a manutenção constante nas máquinas e veículos como forma de mitigar os impactos ambientais.

- **Prevenção e combate da ocorrência de incêndios nas áreas naturais**

Especialmente na estação mais seca do ano que se dá nos meses de maio a outubro, a possibilidade de ocorrência de focos de incêndios em áreas naturais aumenta. Ações voltadas para a prevenção e combate da ocorrência de incêndios nestas áreas possuem uma enorme capacidade de atuar positivamente no ecossistema. Entre as ações destinadas a evitar a ocorrência de incêndios o empreendedor propõe: o Programa de adequação ambiental da ESALQ; manutenção de aceiros nas áreas ambientalmente protegidas; programa de educação ambiental e existência de brigada de incêndios.

6.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

- **Geração de emprego e Renda**

As tarefas inerentes ao desenvolvimento das atividades relacionadas à produção cafeeira, bem como o beneficiamento, demanda na mobilização e contratação de mão-de-obra fixa e temporária tendo como aspectos ambientais relacionados o pagamento de salários e a aquisição de bens e serviços, que resultam no impacto de Geração de Emprego e Renda. Este impacto é considerado positivo

- **Riscos de acidentes pessoais**

O desenvolvimento das atividades econômicas, com conseqüente necessidade de utilização de mão-de-obra pode levar ao aumento dos riscos de acidentes pessoais, sendo este um impacto negativo. O



empreendedor propõe o programa de gestão de segurança, saúde e meio ambiente de trabalho rural com o objetivo de mitigar os impactos.

- **Aumento da demanda por bens e serviços**

As contratações de mão-de-obra temporária e permanente de serviços têm como aspectos relacionados ao aumento da demanda de bens e serviços. Este impacto é acarretado em virtude do aumento do poder aquisitivo, ocasionado pelo pagamento de salários e necessita de uma diversificação dos bens e serviços oferecidos à população, exigindo maior sofisticação de bens e serviços a serem adquiridos em especial no município de Patrocínio, com o surgimento de novas empresas, portanto o efeito é positivo.

- **Aumento da arrecadação de tributos**

A contratação de mão-de-obra fixa e temporária e de serviços, recolhimento de tributos, aquisição de bens e serviços e aquisição de insumos para a produção resultam no aumento da arrecadação dos tributos. Portanto, é um impacto positivo.

7.0 PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

- **Programas de controle de erosão, assoreamento e compactação**

O programa propõe melhorias no controle de erosão, compactação e assoreamento do solo, bem como identificar a eventual deflagração deste processo e acompanhar a evolução dos mesmos durante toda a operação do empreendimento, fazendo as devidas correções. O programa de controle de erosão, assoreamento e compactação do solo tem como objetivos estabelecer e implementar ações de controle e recuperação, buscando: indicar ações operacionais preventivas; e evitar alterações e perda de habitats aquáticos e terrestres da fauna local.

- **Programa de uso mineral de fertilizantes, corretivos e defensivos químicos**

A tecnologia de aplicação de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas consiste no emprego de todos os conhecimentos que proporcionem a colocação correta do produto biologicamente ativo no alvo, em quantidade necessária, de forma econômica, com o mínimo de contaminação ambiental. O cuidado com tais práticas auxiliam na utilização dos insumos, garantindo a redução dos impactos ambientais decorrentes da atividade cafeeira.

O programa possui como objetivos:

- Redução dos riscos de contaminação e prejuízos ao meio ambiente e a saúde humana;
- Prevenção da alteração da estrutura físico-química do solo
- Redução dos custos da atividade agrícola
- Realização de cursos preparatórios para os tratoristas que realizam aplicação de insumos, entre os temas: Uso de produtos, regulação dos aplicadores, técnicas para evitar o desperdício e riscos de contaminantes.

- **Programa de recuperação de áreas degradadas**

O programa visa recuperar as áreas degradadas na Fazenda Taboões e Araújo que necessitam de recomposição em decorrência de ações antrópicas ou em virtude de processos naturais, possuindo como objetivo:

- Reiterar eventuais áreas de degradadas à paisagem local, contribuindo para melhoria da qualidade ambiental existente;
- Melhorar as condições dos habitats terrestres e aquáticos, e



- Indicar ações operacionais destinadas ao controle dos processos erosivos e carreamento de sedimentos para o curso d' água.

• **Programa de gestão de resíduos sólidos, efluentes líquidos e efluentes atmosféricos**

De acordo com os estudos ambientais o programa prevê a instituição de um sistema integrado de controle dos resíduos sólidos, efluentes líquidos e atmosféricos gerados na operação do empreendimento, desde a fonte geradora até a destinação final, com registro e documentação adequada.

A implantação do programa se justifica para o integral cumprimento de normas aplicáveis e possui alto poder de evitar alterações ambientais nas propriedades físico-química dos solos, águas superficiais e subterrâneas bem como interferir na qualidade do ar da área de influência do empreendimento.

O programa tem como objetivos:

- Inventariar as emissões geradas nos processos, em conformidade com as legislações específicas;
- Minimizar a geração de emissões nos processos;
- Adotar procedimentos de segregação e coleta seletiva dos resíduos, não comprometendo sua gestão futura;
- Maximizar as oportunidades de reuso e reciclagem dos resíduos e efluentes líquidos;
- Proceder ao acondicionamento temporário dos resíduos e efluentes líquidos gerados até que seja dada destinação final, utilizando-se técnicas economicamente viáveis e ambientalmente segura;
- Estabelecer procedimento de manjor;
- Realizar a disposição adequada ou o encaminhamento dos resíduos perigosos e efluentes líquidos para empresas credenciadas e licenciadas

• **Programa de gestão e monitoramento de recursos hídricos**

O uso racional das águas superficiais e subterrâneas visa à otimização de uso dos recursos hídricos, por meio do acompanhamento da utilização da água, com o objetivo de identificar as perdas durante o processo, de modo a subsidiar propostas e projetos futuros de racionalização. O monitoramento de qualidade das águas visa verificar eventuais influências diretas que o empreendimento causa nos recursos hídricos de modo a garantir que quaisquer alterações possam ser identificadas, permitindo o desenvolvimento de ações preventivas e corretivas, quando necessárias. As medidas adotadas contribuem ainda para a manutenção dos *habitats* terrestres e aquáticos.

Durante o monitoramento da qualidade das águas, pode-se destacar o monitoramento mensal das vazões, análises laboratoriais anualmente com os seguintes parâmetros: Condutividade, Cor, Sólidos Totais, Sólidos Dissolvidos, Sólidos Sedimentáveis, Cloreto Total, Fósforo Total, Nitrogênio Amônico, Fluoreto, Sulfato, Óleos e Graxas, Nitrogênio Total, Dureza Total, DBO, Coliformes termotolerantes, Temperatura da Água, pH, OD e Turbidez.

• **Programa de monitoramento de ruídos**

O programa trata do monitoramento e mitigação dos impactos da emissão sonora de fontes ruidosas decorrentes das atividades necessárias ao processo produtivo da Fazenda Tabuões e Araújo de propriedade da Daterra.

• **Programa de monitoramento de fauna**

O monitoramento proposto neste programa consiste num conjunto de levantamentos, conduzidos com o objetivo de se avaliar o grau de variabilidade, apresentado por determinada população ou comunidade, em



relação a um modelo ou padrão predeterminado (produção secundária, tamanho populacional, rendimento, relação de espécies, diversidade, etc.). Está implícito, portanto, que este deve ser elaborado com base em informações prévias sobre o assunto a ser monitorado e não constitui em um fim em si mesmo.

De acordo com os estudos ambientais o objetivo geral deste estudo é o monitoramento das populações faunísticas na área de influência. Os dados obtidos neste programa serão utilizados comparativamente àqueles já disponíveis para a região do empreendimento, permitindo a adoção de medidas de manejo e conservação para atenuar ou reverter impactos negativos que venham a ser detectados, especialmente em virtude das atividades em licenciamento.

Levantar e monitorar quali-quantitativamente a composição das espécies da fauna nas Áreas de Influência Direta do empreendimento;

- Avaliar a ocorrência de impactos sobre a fauna, incluindo alterações comportamentais e eventuais riscos a indivíduos de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção,
- Comparar parâmetros de riqueza, abundância e diversidade das espécies de fauna nas proximidades das áreas do empreendimento;
- Identificar as principais ameaças às espécies e desenvolver, com base nos resultados do inventário e do monitoramento, propostas para sua proteção, incluindo o estabelecimento de áreas críticas para recuperação ambiental; e,
- Incrementar a produção de dados primários sobre a fauna da região e disponibilizá-los a sociedade.

• Programa de educação ambiental

O Programa de Educação Ambiental da Daterra Atividades Rurais Ltda., faz parte do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) já implantado desde agosto de 2010 para todas as fazendas do Grupo.

O PEA está estruturado em ações voltadas para a conscientização sobre as atividades que repercutem diretamente sobre o meio ambiente. Nesses termos propõem desenvolver de forma sistemática ações educativas e preservacionistas junto aos diferentes sujeitos sociais envolvidos na operação do empreendimento (colaboradores, moradores, entidades, comunidades do entorno, etc.). De acordo com os estudos apresentados os objetivos do programa incluem

- Orientar e capacitar colaboradores e demais partes interessadas sobre procedimentos de coleta e destino de resíduos no site da Daterra;
- Informar e buscar comprometimento para com procedimentos e práticas de prevenção, combate e comunicação de incêndios florestais;
- Informar e buscar comprometimento dos colaboradores e demais partes interessadas para com a preservação da fauna e flora da região, definindo velocidade máxima de tráfego de máquinas e veículos no interior das estradas e carreadores da fazenda;
- Informar e buscar o comprometimento na preservação de animais que constem na lista oficial de animais com risco de extinção;
- Capacitar os colaboradores, em acordo às suas atribuições, frente as práticas e procedimentos a serem seguidos nas suas atividades de forma a eliminar e ou minimizar os impactos ambientais identificados,



- promover visitas ao empreendimento com fins de educação ambiental, mostrando projetos e práticas ao ecossistema existente, especialmente o cerrado, fomentando a preservação ambiental, inclusive das áreas de melhoramento paisagístico (locais urbanizados), bosques e demais áreas ambientalmente protegidas;
- identificar e comunicar aos fornecedores e prestadores de serviços os requisitos legais/ambientais a serem atendidos de forma a evidenciar o desenvolvimento sustentável;
- promover atividades e projetos junto a crianças e adolescentes filhos de colaboradores que sensibilize esse público no sentido de envolvimento e adoção de práticas de preservação, observação e contemplação da natureza e da vida; e;
- Promover a distribuição gratuita de livros infanto-juvenis para filhos dos colaboradores, fomentando nos jovens a conscientização ambiental e a formação moral, para que eles possam cuidar e avançar na forma de relacionar com o meio ambiente.

• **Programa de adequação ambiental (ESALQ-USP)**

Os tipos vegetacionais naturais da DATERRA foram preliminarmente objeto de caracterização florística, estrutural e dos fatores definidores da sua ocorrência, na perspectiva de uso, conservação e recuperação dessas áreas de forma integrada com a atividade agrícola das fazendas do Grupo. Permitiu-se assim o estabelecimento de um programa de adequação ambiental de atividades produtivas da empresa, sustentado e consolidado por atividades de educação ambiental, usando como instrumentos os próprios recursos naturais da área e tendo como público-alvo: empregado, familiares, populares do entorno e visitantes.

Foi estabelecido um convênio com o Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), visando à adequação ambiental das suas propriedades rurais com ações efetivas, inclusive fazendo uso de materiais didáticos para as atividades. Dentre as atividades previstas destacam-se:

- Prevenção e combate da ocorrência de fogo nas áreas naturais, já que o fogo originado das atividades pecuárias de propriedades adjacentes é a principal causa de degradação das áreas naturais da região e ainda do desequilíbrio da população de micro e macro organismos dos solos nas áreas afetadas;
- Levantamento florístico com a obtenção de listagem das espécies nativas regionais e das espécies ornamentais apropriadas para a revegetação de áreas naturais e do paisagismo das áreas urbanizadas da fazenda. Foram gerados dados como tipo de vegetação, tipo de solo, número de famílias, espécies e indivíduos em áreas de diferentes condições e idade;
- Caracterização da regeneração natural das diferentes unidades vegetacionais;
- Coleta de sementes e sistematização de informações para a produção de mudas de espécies nativas para a implantação de bosques difusores de diversidade;
- Elaboração de materiais didáticos como apoio a atividades de educação ambiental e lazer a empregados e seus familiares, servindo como instrumento de conscientização quanto à importância dos recursos naturais, contribuindo para um trabalho de qualidade ambiental da empresa;
- Recuperação das áreas degradadas da fazenda para melhoria das condições da cobertura vegetal, especialmente as de empréstimo dos barramentos de terra;
- Implantação de bosques difusores de biodiversidade com a função de ampliar as áreas naturais da fazenda, colocando trechos de transição entre os cafezais e o Cerrado, situados em antigas áreas de cerradão;



- Criação de 8 trilhas de espécies com aproximadamente 21 km de distância, onde as pessoas tem a possibilidade de caminhar por vários tipos de vegetação natural e identificar espécies frutíferas, madeiras e medicinais, e
- Monitoramento e manutenção de aceiros.

- **Programa de gestão de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho rural.**

O objetivo geral do programa constitui-se uma ferramenta de extrema importância para a segurança e saúde dos empregados, proporcionando identificar as medidas de proteção ao trabalhador a serem implementadas e também serve de base para a elaboração do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, obrigatório pela NR-31. Os objetivos do programa incluem:

-Ações de segurança e saúde que visem à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho na unidade de produção rural com a seguinte ordem de prioridade: a) eliminação de riscos através da substituição ou adequação dos processos produtivos, máquinas e equipamentos; b) adoção de medidas de proteção coletiva para controle dos riscos na fonte, e c) adoção de medidas de proteção pessoal.

8.0 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A compensação ambiental prevista no artigo 36 da lei nº 9.985/2000, consiste na obrigação imposta ao empreendedor, nos casos de atividade de significativo impacto ambiental, de apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação da natureza integrantes do grupo de proteção integral. A compensação ambiental possui caráter nitidamente econômico. A lei, ao determinar a fixação do percentual da compensação de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento (artigo 36 § 1º), acaba por inserir a variante ambiente no planejamento econômico do empreendimento potencialmente poluidor.

No entanto, a cobrança da compensação ambiental fundamenta-se no estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório – EIA/RIMA. Cumprir definir, portanto, quais são os significativos impactos ambientais identificados no EIA, que ensejam a cobrança da compensação. O Decreto Estadual 45.175/2009, que estabelece metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental, apresenta em seu anexo único os indicadores ambientais para o cálculo da relevância dos significativos impactos ambientais, quais sejam.

Interferência em áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou em áreas de reprodução, de pouso e de rotas migratórias
Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras)
Interferência/ supressão de vegetação, acarretando fragmentação
Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos
Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona amortecimento, observada a legislação aplicável
Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua conservação
Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar
Rebaixamento ou esgotamento de aquíferos ou águas superficiais
Transformação de ambiente lótico em lântico
Interferência em paisagens notáveis

[Handwritten signatures and initials]



Emissão de gases que contribuem efeito estufa

Aumento da erodibilidade do solo

Emissão de sons e ruídos residuais

Levando-se em consideração que os itens negritados acima são considerados como de significativos impactos ambientais na área destinada a Fazenda Tabuões e diante das conclusões aferidas no EIA, será condicionado à aplicação da compensação ambiental disposta na Lei nº 9.985/2000.

9.0 CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO N.º 040/2003

Há diversas formas de se verificar o desempenho ambiental de um empreendimento entre estes podemos destacar o cumprimento de condicionantes e planos de monitoramento ambiental da licença anterior. Outro aspecto importante é o investimento em tecnologias que pode permitir economia no uso dos recursos naturais (solo, água, ar, etc..) além de proporcionar uma economia no processo industrial.

9.1 Seguir o plano de monitoramento do RCA, incluindo monitoramento proposto no parecer técnico.

De acordo com os resultados apresentados para os anos de 2004/2005/2006 não houve alterações significativas da qualidade da água subterrânea. Além disso, o empreendedor faz o monitoramento constante da fertilidade do solo para fins de adubação. As análises de água e solo ficam arquivadas na sede do empreendimento e com o intuito de cumprir a condicionante foram apresentadas junto ao órgão ambiental.

9.2 Para se comprovar a impermeabilização das lagoas, o empreendedor deverá fazer o monitoramento anual do lençol freático, coletado a partir do poço tipo poço piezométrico, localizado a 2 metros de distância da lagoa de decantação de cota mais baixa.

O poço piezométrico foi construído na Fazenda no ano de 2004 e a partir desta data foram realizadas coleta de água anualmente. As análises foram apresentadas junto ao órgão ambiental e os dados dos últimos três anos (2004, 2005 e 2006) mostram que não houve alterações significativas nos valores das análises realizadas.

9.3 Apresentar, anualmente o Receituário Agrônomo e a comprovação da destinação das embalagens de produtos agrotóxicos utilizados no empreendimento, em conformidade com a legislação vigente. Usar para cada cultura, apenas produtos registrados pelo IMA.

Em 02/06/2004 a empresa apresentou no IEF de Belo Horizonte, um relatório referente a esta condicionante, onde constava toda a documentação solicitada. Por orientação do próprio IEF a documentação dos anos seguintes foi arquivada no próprio empreendimento. O IEF alegou que a frequência anual da apresentação de receituário agrônomo geraria uma grande quantidade de documentos a serem arquivados no órgão. Então, a partir desta data (02/06/2004) os documentos ficaram arquivados na sede da propriedade rural para fins de fiscalização. Em relação a utilização de produtos registrados pelo IMA, a DATERRA alegou junto ao órgão ambiental que procurar seguir a orientação técnica de sua equipe agrônoma. Foi apresentado comprovação da destinação de embalagens e receituário agrônomo.



9.4 Implantação e ampliação de dispositivos para a retenção de óleos e graxas para o local, onde se faz a manutenção das máquinas e equipamentos agrícolas utilizadas no empreendimento. Licenciar os postos de abastecimento junto a FEAM.

Foi construído o dispositivo para retenção de óleos e graxas na Fazenda Tabuões e Araújo, a partir da condicionante aprovada para o empreendimento.

9.5 Instalar bomba centrífuga junto às torres dos pivôs para aplicação de agrotóxicos, e fertilizante por irrigação.

De acordo com os documentos apresentados pela DATERRA os equipamentos de irrigação da empresa já possuem o sistema de prevenção contra potenciais contaminações de canais e mananciais hídricos, caso necessário à aplicação de fertilizantes via irrigação. O sistema é composto por: válvulas de retenção instaladas na adutora e bomba de injeção de fertilizantes

9.6 Apresentar o restante das outorgas que se encontram em análise junto ao IGAM.

O IGAM manifestou-se pelo deferimento das captações de água existentes no empreendimento, sendo publicadas as seguintes portarias: 1389/2003, 1390/2003 e 1522/2003 e 297/2006.

9.7 Executar a ampliação do tratamento dos efluentes sanitários e implementar o sistema onde ainda não foi construído.

De acordo com a documentação apresentada a condicionante foi atendida. No RADA do empreendimento foram apresentados fotos que evidencia o cumprimento da referida condicionante

9.8 Construir escadaria hidráulica na barragem do Ribeirão dos Tabuões e construir calha de concreto na barragem do córrego Douradinho, conforme apresentado no RCA.

Foi construída a escadaria hidráulica na barragem do Ribeirão Tabuões. Foram apresentados fotos do local e na ocasião da vistoria a construção foi evidenciada

9.9 Apresentar projeto e cronograma para recuperação das áreas degradadas, conforme discutido no parecer técnico.

De acordo com o RADA apresentado para a Fazenda Tabuões a área que precisava de recuperação era o canal escoadouro da represa utilizada no acúmulo de água para irrigação. Após a construção da escadaria hidráulica exigida na condicionante n° 08 a empresa desenvolveu ações de recuperação e regeneração da área.

9.10 Construir as lagoas, facultativa e de armazenamento e também filtros biológicos para a ampliação do sistema de recebimento dos efluentes oriundos da lavagem do café conforme proposto no RCA.

A empresa executou a readequação do sistema e construiu uma série de lagoas em sequência em solo compactado. Junto à ampliação procurou-se utilizar esta água residual em outras atividades. Assim, implantou uma área para formação de leiras de compostagem (palha de café e palha de cana) que é umedecida com água residual da lavagem do café, no período da colheita. Outro uso que foi implantado para a água residual refere-



se à umectação de estradas internas, utilizando caminhão pipa, minimizando assim, a poeira que ocorre no período seco, em função do trânsito de caminhões e máquinas agrícolas envolvidas com a colheita.

Na ocasião da vistoria foi solicitada ao empreendedor a completa impermeabilização dos canais e lagoas de águas residuárias. De acordo com a documentação apresentada o empreendedor impermeabilizou os canais e lagoas de águas residuárias (protocolo SIAM n.º R 0218725/2014).

9.11 Apresentar destinação final do óleo proveniente das trocas dos motores da frota da Fazenda e licenciamento do posto de abastecimento junto a FEAM.

De acordo com a documentação apresentada o empreendedor destina o óleo coletado para empresas registradas na ANP (Agência Nacional do Petróleo) e estão licenciadas junto aos órgãos.

9.12 Apresentar, inclusive com relatório fotográfico, a comprovação do cumprimento das condicionantes, no prazo máximo de 210 dias.

Na época o licenciamento ambiental da Fazenda foi feito pelo IEF de Belo Horizonte e as condicionantes eram apresentadas ao próprio IEF. Assim, o IEF orientou a empresa Daterra Atividades Rurais para arquivar a documentação na própria propriedade para fins de fiscalização. A Daterra apresentou o ofício GA n.º 135/2004, com data de 01/06/2004 evidenciado a orientação do IEF.

10.0 CONTROLE PROCESSUAL

O processo se encontra formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.

Neste processo encontra-se a publicação em periódico regional do requerimento de licença, tendo sido oportunizado a realização de audiência pública, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº 13/95, bem como foi apresentado cadastro técnico federal – CTF.

Não foi identificado débitos ambientais até a data de conclusão do presente parecer.

11.0 Conclusão

A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo deferimento da concessão da Revalidação da Licença de Operação (RvLo) para DATERRA ATIVIDADES RURAIS LTDA, - Fazenda Tabuões e Araújo, por um prazo de 10 (dez) anos, localizado no município de Coromandel/MG, desde que atendidas as medidas mitigadoras de impactos ambientais descritas neste parecer e aliadas às condicionantes listadas no anexo I e automonitoramento do anexo II.

Nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei Estadual n. 21.972/2016, compete a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, decidir sobre o processo de licenciamento ambiental em tela.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tornam o empreendimento em questão



passível de atuação. **Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.**

Cabe esclarecer que a SUPRAM TMAP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

Opina-se, que as observações acima constem do Certificado de Licenciamento Ambiental.

12.0 Anexos

Anexo I. Condicionantes

Anexo II. Automonitoramento

Anexo III. AIA

[Assinaturas manuscritas]



ANEXO I - CONDICIONANTES

Empreendedor: DATERRA ATIVIDADES RURAIS LTDA

Empreendimento: FAZENDA TABUÕES E ARAÚJO

CNPJ: 51.894.202/0008-31

Município: COROMANDEL/MG

Atividade: Cafeicultura, cafeicultura orgânica, silvicultura, beneficiamento primário de produtos agrícolas, barragem de irrigação para agricultura, ponto de abastecimento de combustível e armazenamento de agrotóxicos

Código DN 74/04: G-01-06-06, G-01-04-04, G-03-02-06, G-04-01-04, G-05-02-09, F-06-01-07 e G-06-1-08

Processos: 16082/2005/001/2008

Validade: 10 ANOS

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar e apresentar relatórios anuais a respeito das ações a serem desenvolvidas durante a instalação do empreendimento no âmbito dos programas: • Programa de controle de erosão, assoreamento e compactação • Programa de uso mineral de fertilizantes, corretivos e defensivos químicos • Programa de Recuperação de áreas degradadas • Programa de Gestão de Resíduos sólidos, efluentes líquidos e efluentes atmosféricos • Programa de Gestão e Monitoramento de Recursos hídricos • Programa de monitoramento de ruídos • Programa de monitoramento de fauna • Programa de educação ambiental • Programa de adequação ambiental (ESALQ-USP) • Programa de Gestão da saúde, segurança e meio ambiente do trabalho rural	Anualmente, durante a vigência da Licença ambiental
02	Comprovar a recomposição florestal de uma área de 6,63 hectares, próxima as áreas de intervenções em área de preservação permanente, (APP), conforme descrito no item 6.0 do parecer único.	1 ano
03	O empreendedor deverá seguir as recomendações para mitigar os impactos ambientais ocasionados pela construção do barramento. Apresentar relatório anuais a partir da construção do barramento.	Durante a vigência da Licença de Operação.
04	Comprovar a recomposição florestal de uma área de 6,0 hectares, conforme PTRF apresentado destinado a compensação pela construção do barramento em área de preservação permanente.	1 ano contado a partir da construção do barramento.
05	Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental/Núcleo de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas-IEF, solicitação para abertura do processo visando o cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00 e o art. 6º § 1º do Decreto Estadual nº 45.175/09.	60 dias
06	Apresentar laudo técnico anualmente junto ao órgão ambiental, inclusive com relatório fotográfico, demonstrando que todos os canais e lagoas que recebem o efluente da lavagem e despolpa do café estão impermeabilizados com manta do tipo PEAD. Anexar à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.	Anualmente, durante a vigência da Licença ambiental
07	Apresentar anualmente plano de aplicação da água da lavagem e despolpa do café. Caso seja aplicado em solo agrícola apresentar a caracterização da água da lavagem de café, observando os seguintes parâmetros: Sólidos Sedimentáveis (SP), Sólidos totais (ST), sólidos fixos	Anualmente, durante a vigência da Licença ambiental.



	totais, soldos voláteis, condutividade elétrica, nitrogênio total, potássio total, fósforo total, DQO e DBO, Cálcio, Ferro, Sódio, zinco, cobre, Magnésio e Boro. Além disso, o empreendedor deverá apresentar análise química do solo e das folhas do café demonstrando o seu estado nutricional. Anexar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica	
08	Apresentar proposta de programa de monitoramento de todos os grupos faunísticos (mastofauna, herpetofauna, avifauna e ictiofauna) com ART do profissional e cronograma de execução, tendo como base os resultados obtidos nos monitoramentos já realizados. O programa deverá abranger também: ficha de avistamento de fauna, monitoramento de atropelamento de fauna, monitoramento de talhão de cana em seus diversos estágios vegetativos	90 dias
09	Apresentar relatórios conclusivos, com ART do profissional, da execução do novo programa de monitoramento de fauna.	Anualmente, durante a vigência da Licença Ambiental
10	Enviar Relatórios com Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional devidamente habilitado na área de dendrometria contendo o volume de madeira extraído em números exatos. (Referente à supressão de vegetação para construção do barramento)	Em até 01 ano após a construção do barramento.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir do recebimento do Certificado da Licença.

Obs. 1 - No caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração do seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, com antecedência mínima de sessenta dias em relação ao prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Obs. 2 - A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Obs. 3 - Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital das condicionantes e automonitoramento em formato pdf, acompanhada de declaração, atestando que confere com o original.



PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO -ANEXO II

Empreendedor: DATERRA ATIVIDADES RURAIS LTDA
Empreendimento: FAZENDA TABUÕES E ARAÚJO
CNPJ: 51.894.202/0008-31
Município: COROMANDEL/MG
Atividade: cafeicultura, cafeicultura orgânica, silvicultura, beneficiamento primário de produtos agrícolas, barragem de irrigação para agricultura, ponto de abastecimento de combustível e armazenamento de agrotóxicos.
Código DN 74/04: G-01-06-06, G-01-04-04, G-03-02-06, G-04-01-04, G-05-02-09, F-06-01-07 e G-06-1-08
Processos: 16082/2005/001/2008
Validade: 10 ANOS

1.0 RESÍDUOS SÓLIDOS

Enviar anualmente à SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente, os relatórios de Registro de Resíduos, contendo no mínimo os dados do modelo acima, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAM TMAP, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

2.0 AUTOMONITORAMENTO DE VEÍCULOS

Promover anualmente durante a vigência da licença de operação, o automonitoramento dos veículos próprios e/ou terceirizados movidos a óleo diesel, nos termos da Portaria IBAMA n. 85/1996.



3.0 EFLUENTES LÍQUIDOS

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída do sistema de tratamento de efluentes sanitários	DBO, DQO, Sólidos Sedimentáveis, Nitrogênio Amoniacal, nitrato, fósforo, coliformes fecais e substâncias tensoativas	Anualmente
Entrada e saída das lagoas que recebem a água da lavagem e despolpa de café	Sólidos Sedimentáveis (SP), Sólidos totais (ST), sólidos fixos totais, sólidos voláteis, condutividade elétrica, nitrogênio total, potássio total, fósforo total, DQO e DBO. Cálcio, Ferro, Sódio, zinco, cobre, Magnésio e Boro	Anualmente
Entrada e saída das caixas separadoras de água e óleo existente no empreendimento.	DQO, óleos e graxas, pH, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão e detergentes, vazão média diária	Anualmente

Enviar anualmente a SUPRAM TM/AP, até o dia 20 do mês subsequente o relatório contendo os resultados das medições efetuadas; neste deverá conter a identificação, registro profissional e assinatura do responsável técnico pelas amostragens

O relatório deverá ser proveniente de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART.

4.0 RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL DA ÁREA DESTINADA À MEDIDA MITIGADORA PELA INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

Apresentar anualmente junto ao órgão ambiental relatório técnico da recomposição florestal destinada à mitigação do impacto pela intervenção em área de preservação permanente (APP) e construção do barramento acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

No caso da construção do barramento o primeiro relatório deverá ser apresentado em até um (um) ano após a construção do barramento com a respectiva ART.

ANEXO III DO PARECER ÚNICO
AGENDA VERDE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento da Intervenção Ambiental	Número do Processo	Data da Formalização	Unidade do SisEMA Responsável processo
1.1 Integrado a processo de Licenciamento Ambiental	16082/2005/001/2008 e 16082/2005/002/2013	09/08/2007	SUPRAM TM/AP
1.2 Integrado a processo de AAF			
1.3 Não integrado a processo de Lic. Ambiental ou AAF			
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: Daterra Atividades Rurais	2.2 CPF/CNPJ: 51.894.202/0008-31		
2.3 Endereço: Rodovia LMG - 0040 - de MG 188 p/ Pantano km 03	2.4 Bairro: Zona Rural		
2.5 Município: Coromandel	2.6 UF: MG	2.7 CEP: 38.550-00	
2.8 Telefone(s):	2.9 e-mail:		
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: DATERRA ATIVIDADES RURAIS LTDA	3.2 CPF/CNPJ: 51.894.202/0008-31		
3.3 Endereço: Rodovia LMG 188 sentido pantano Km 03	3.4 Bairro: Zona Rural		
3.5 Município: Patrocínio	3.6 UF: MG	3.7 CEP:	
3.8 Telefone(s):	3.9 e-mail:		
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: FAZENDA TABUÕES E ARAUJO	4.2 Área total (ha)	3.253,2156 ha	
4.3 Município/Distrito: Coromandel- MG	4.4 INCRA(CCIR):		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 10 901	Comarca: Coromandel/MG.		
4.6 Nº registro da Posse no Cartório de Notas:	Livro:	Folha:	Comarca:
4.7 Coordenada Geográficas	Latitude: 18° 39' 36" S	Datum: WGS 84	
	Longitude: 46° 54' 38" O.	Fuso:	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: RIO PARANAÍBA			
5.2 Sub-bacia ou micro-bacia hidrográfica: Córrego Taboão			
5.3 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (x) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 12)			
5.4 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no Parecer Único)			
5.5 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação (especificado no Parecer único)			
5.6 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado de Minas Gerais			
5.7 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 12)			
5.8 Transição entre biomas onde está inserido o imóvel.			Área (ha)
5.8.1 Caatinga			
5.8.2 Cerrado			
5.8.3 Floresta Estacional Semidecídua em estágio médio de regeneração			
5.8.4 Floresta Estacional Semidecídua em estágio inicial de regeneração			
5.8.5 Total			
5.9 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
5.9.1 Área com cobertura vegetal nativa	5.9.1.1 Sem exploração econômica	1.568,0885	
	5.9.1.2 Com exploração sustentável através de Manejo		
5.9.2 Área com uso alternativo	5.9.2.1 Uso agrícola	1.583,6361	
	5.9.2.2 Pastagem		
	5.9.2.3 Área brejosa		
	5.9.2.4 Uso antrópico		
	5.9.2.5 Silvicultura Outros		
	5.9.2.6 Mineração		
	5.9.2.7 Assentamento		
	5.9.2.8 Infra-estrutura		
5.9.2.9 Outros			101,491
5.9.3. Área já desmatada, porém abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo vocação e capacidade de suporte do solo			
5.9.4 Total			3.253,2156
5.10 Regularização da Reserva Legal - RL			

[Assinatura]

5.10.1 Desoneração da obrigação por doação de imóvel em Unidade de Conservação					
5.10.1.1 Área de RL desonerada(há):		5.10.1.2 Data da averbação do Termo de Desoneração:			
5.10.1.3 Nome da UC: Não possui					
5.10.2 Reserva Legal no imóvel matriz com área de 663,79 hectares					
5.10.2.3 Total					
5.10.3 Reserva Legal em imóvel receptor					
5.10.3.1 Área da RL (ha):		5.10.3.2 Data da Averbação:			
5.10.3.3 Denominação do Imóvel receptor:					
5.10.3.4 Município:		5.10.3.5 Número cadastro no INCRA			
5.10.3.6 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis		Livro:	Folha: Comarca:		
5.10.3.7 Bacia Hidrográfica:		5.10.3.8 Sub-bacia ou Microbacia			
5.10.3.9 Bioma:		5.10.3.10 Fisionomia:			
5.10.3.11 Coordenada plana (UTM)		Latitude:	Datum		
		Longitude:	Fuso		
5.11 Área de Preservação Permanente (APP)			Área (ha)		
5.11.1 APP com cobertura vegetal nativa					
5.11.2 APP com uso e típico consolidado	ANTES da publicação da Lei Estadual nº 14.309/02	SEM alternativa técnica e locacional			
		COM alternativa técnica e locacional			
	APÓS publicação da Lei Estadual nº 14.309/02	SEM alternativa técnica e locacional			
		COM alternativa técnica e locacional			
5.11.3 Total					
5.11.4 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril			
		Outro(especificar)			
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
6.1 Tipo de Intervenção		Quantidade		unid	
		Requerida (ha)	Passível de Aprovação (ha)		
6.1.1 Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca				ha	
6.1.2 Supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca				ha	
6.1.3 Intervenção em APP com supressão da vegetação nativa		6,0	6,0	ha	
6.1.4 Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa				ha	
6.1.5 Destoca em área de vegetação nativa				ha	
6.1.6 Limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso				ha	
6.1.7 Corte/aproveitamento de árvores isoladas, vivas ou mortas, em meio rural (especificado no item 12)				un	
6.1.8 Coleta/Extração de plantas (especificado no item 12)				un	
6.1.9 Coleta/Extração produtos da flora nativa (especificado no item 12)				kg	
6.1.10 Manejo Sustentável de Vegetação Nativa				ha	
6.1.11 Regularização de Ocupação Antrópica Consolidada em APP				ha	
6.1.12 Regularização de Reserva Legal	Demarcação e Averbação ou Registro			ha	
	Relocação			ha	
	Recomposição			ha	
	Compensação			ha	
	Desoneração			ha	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
7.1 Bioma/Transição entre biomas			Área (ha)		
7.1.1 Caatinga					
7.1.2 Cerrado (campo limbo)			6,0		
7.1.3 Mata Atlântica – Floresta Estacional decídua em estágio inicial e médio					
7.1.4 Ecótono (especificar)					
7.1.5 Total					
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias		Vegetação Primária (há)	Vegetação Secundária		
			Inicial (há)	Médio (há)	Avançado (há)
7.2.1 Floresta ombrófila submontana					
7.2.2 Floresta ombrófila montana					
7.2.3 Floresta ombrófila alto montana					
7.2.4 Floresta estacional semidecidual submontana					
7.2.5 Floresta estacional semidecidual montana					

Aug. X

7.2.6 Floresta estacional decidual submontana			
7.2.7 Floresta estacional decidual montana			
7.2.8 Campo			
7.2.9 Campo rupestre			
7.2.10 Campo cerrado			
7.2.11 Cerrado			
7.2.12 Cerradão			
7.2.13 Vereda			
7.2.14 Ecótono (especificar)			
7.2.15 Outro (especificar)			

8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenadas Geográficas Plana	
			Lat.	Long
Supressão de vegetação nativa com destoca	WGS84	23 K	298.454 E	7.935.671 S

9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

9.1 Uso proposto	Especificação	Área (ha)
9.1.1 Agricultura	Construção de uma barragem para captação d' água	6,0
9.1.2 Pecuária		
9.1.3 Silvicultura Eucalipto		
9.1.4 Silvicultura Pinus		
9.1.5 Silvicultura Outros		
9.1.6 Mineração		
9.1.7 Assentamento		
9.1.8 Infra-estrutura		
9.1.9 Manejo Sustentável da Vegetação Nativa		
9.1.10 Outro		

10. RESUMO DO INVENTÁRIO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA

11. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

11.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde.	Unidade
11.1.1 Lenha	A lenha será utilizada na própria propriedade	5,36879	M³
11.1.2 Carvão			
11.1.3 Tórculo			
11.1.4 Madeira em tora			
11.1.5 Dormentes/ Achas/Mourões/Postes			
11.1.6 Flores/ Folhas/ Frutos/ Cascas/Raízes			
11.1.7 Outros			

Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)

11.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	11.2.2 Diâmetro(m):	11.2.3 Altura(m):
11.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher , carbonizar + esfriar , esvaziar):	(dias)	
11.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc)		
11.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):		

12.0 ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

Conforme descrito no parecer único. (Supressão de 08 indivíduos)

13.0 RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO

Equipe responsável pelo parecer único

14. DATA DA VISTORIA

A VISTORIA FOI REALIZADA EM agosto de 2013.